

**Fundação de Ensino Octávio Bastos –
Feob**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o relatório
dos auditores independentes**



RTA-103-2021

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

Ribeirão Preto SP, 4 de março de 2021.

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br**www.moorebrasil.com.br**À
Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob
São João da Boa Vista - SPAtenção do Senhor **José Roberto Almeida Junqueira**
Reitor

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.
CRC 2SP024067/O-6**Thiago Sousa Portugal**
CRC SP258542/O-1

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e o relatório dos auditores independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado (superávit ou déficit)	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11
1 Contexto operacional	11
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	12
3 Principais políticas contábeis	13
4 Caixa e equivalentes de caixa	17
5 Contas a receber	18
6 Estoques	18
7 Outros créditos	19
8 Despesas antecipadas	19
9 Imobilizado	20
10 Intangível	20
11 Empréstimos e financiamentos	21
12 Salários, férias e encargos sociais	22
13 Adiantamentos recebidos	22
14 Outras obrigações	22
15 Provisão para contingências e depósitos judiciais	22
16 Patrimônio líquido	24
17 Aspectos fiscais	24
18 Instrumentos financeiros	25
19 Remuneração da Administração	26
20 Mensalidades	26
21 Bolsas de estudo concedidas	26
22 Corpo docente	27
23 Outras despesas de ensino	27
24 Despesas com pessoal	27
25 Serviços profissionais contratados	28
26 Outras receitas operacionais líquidas	28
27 Resultado financeiro líquido	29
28 Cobertura de seguros	29

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Aos diretores e conselheiros da
Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob
São João da Boa Vista SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado (superávit ou déficit), do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas e, portanto, está sendo apresentada no caso da Fundação como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 12 de fevereiro de 2021.

Moore Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.
CRC 2SP024067/O-6



Thiago Sousa Portugal
CRC SP258542/O-1

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.069.692	4.894.561	Empréstimos e financiamentos	11	5.208.968	10.281.399
Contas a receber	5	5.145.046	3.455.264	Fornecedores		546.371	394.750
Estoques	6	872.443	516.141	Salários, férias e encargos sociais	12	3.360.444	3.385.698
Impostos e contribuições a recuperar		-	159.957	Impostos e contribuições a recolher		174.027	187.034
Outros créditos	7	1.696.210	1.733.693	Adiantamentos recebidos	13	936.735	1.040.967
Despesas antecipadas	8	483.864	424.179	Outras obrigações	14	285.335	79.871
Total do ativo circulante		19.267.255	11.183.795	Total do passivo circulante		10.511.880	15.369.719
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	5	2.010.508	1.485.003	Empréstimos e financiamentos	11	18.135.995	10.538.183
Depósitos judiciais	15	263.931	1.749.779	Encargos sociais	12	1.896.987	3.165.149
Outros créditos	7	576.878	700.525	Provisão para contingências	15	3.038.028	4.723.172
Imobilizado	9	63.966.296	64.366.885	Total do passivo não circulante		23.071.010	18.426.504
Intangível	10	1.682.258	2.096.048				
Total do ativo não circulante		68.499.871	70.398.240	Patrimônio líquido	16		
				Patrimônio social		12.792.399	10.010.243
				Doações e subvenções		566.548	566.548
				Reserva de reavaliação		2.005.856	2.043.038
				Ajuste de avaliação patrimonial		32.027.303	32.383.827
				Superávit acumulado		6.792.130	2.782.156
				Total do patrimônio líquido		54.184.236	47.785.812
Total do ativo		87.767.126	81.582.035	Total do passivo e patrimônio líquido		87.767.126	81.582.035

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Demonstrações do resultado (superávit ou déficit)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

	Nota	2020	2019
Receita operacional bruta			
Receita bruta de educação			
Mensalidades	20	58.620.818	54.150.292
Bolsas de estudo concedidas	21	6.402.736	6.970.807
Receita com administração de ensino		43.760	43.522
Receita com convênios		183.845	281.840
		65.251.159	61.446.461
Deduções da receita bruta de educação			
Bolsas de estudo concedidas	21	(6.402.736)	(6.970.807)
Devoluções e cancelamentos		(844.592)	(826.871)
Deduções FIES		(585.685)	(986.348)
Dispensa de matérias		(1.150.921)	(1.346.664)
		(8.983.934)	(10.130.690)
		56.267.225	51.315.771
Receita operacional líquida			
Custo dos serviços educacionais prestados			
Corpo docente	22	(8.169.902)	(9.867.944)
Processo seletivo		(392.734)	(528.044)
Transporte – alunos e professores		(9.995)	(23.107)
Bolsas de incentivo à iniciação científica		(220.354)	(185.042)
Outras despesas de ensino	23	(47.546)	(61.379)
		(8.840.531)	(10.665.516)
		47.426.694	40.650.255
Superávit bruto			
(Despesas) receitas operacionais			
Utilidades e serviços		(950.530)	(1.393.621)
Despesas patrimoniais		(2.882.130)	(3.300.204)
Despesas com comunicação e marketing		(1.160.601)	(1.317.526)
Despesas gerais		(1.813.971)	(3.437.131)
Despesas com pessoal	24	(7.214.048)	(7.741.341)
Depreciações, amortizações e exaustões		(3.027.390)	(2.689.978)
Serviços profissionais contratados	25	(9.931.926)	(9.923.459)
Perdas com créditos esperadas – PCE		(1.259.439)	(838.556)
Provisão para contingências		66.719	(197.082)
Despesas tributárias		(154.348)	(117.014)
Outras receitas operacionais, líquidas	26	8.946.971	6.577.925
		(19.380.693)	(24.377.987)
		28.046.001	16.272.268
Superávit antes do resultado financeiro			
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		701.760	882.570
Despesas financeiras		(22.349.337)	(14.769.253)
	27	(21.647.577)	(13.886.683)
Isenções usufruídas			
Renúncia fiscal obtida – CEBAS		3.067.329	3.265.571
(-) INSS – Cota Patronal		(3.067.329)	(3.265.571)
		-	-
Superávit do exercício		6.398.424	2.385.585

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Superávit do exercício	<u>6.398.424</u>	<u>2.385.585</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u><u>6.398.424</u></u>	<u><u>2.385.585</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	Patrimônio social	Doações e subvenções	Reserva de reavaliação	Ajuste avaliação patrimonial	(Déficits) superávit acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	13.376.085	566.548	2.083.086	32.740.350	(3.365.842)	45.400.227
Absorção do déficit acumulado	(3.365.842)	-	-	-	3.365.842	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(40.048)	-	40.048	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(356.523)	356.523	-
Superávit do exercício	-	-	-	-	2.385.585	2.385.585
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.010.243	566.548	2.043.038	32.383.827	2.782.156	47.785.812
Destinação do superávit acumulado	2.782.156	-	-	-	(2.782.156)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(37.182)	-	37.182	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(356.524)	356.524	-
Superávit do exercício	-	-	-	-	6.398.424	6.398.424
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.792.399	566.548	2.005.856	32.027.303	6.792.130	54.184.236

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	6.398.424	2.385.585
Ajustes por:		
Perdas com créditos esperadas	1.203.784	631.063
Juros reconhecidos e não recebidos	(5.156)	22.124
Depreciação e amortização	3.011.976	2.646.256
Valor residual das baixas do imobilizado	238.853	252.870
Juros reconhecidos e não pagos	(2.213.301)	(442.596)
Provisão para contingências	(66.720)	197.082
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(3.413.914)	(1.468.168)
Estoques	(356.302)	(117.952)
Impostos e contribuições a recuperar	-	(159.957)
Outros créditos	321.087	(919.980)
Despesas antecipadas	(59.685)	153.083
Depósitos judiciais	1.485.848	3.789.502
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	151.621	160.454
Salários, férias e encargos sociais	(1.293.416)	(1.257.907)
Impostos e contribuições a recolher	(13.007)	(62.255)
Adiantamentos recebidos	(104.232)	103.014
Provisão para contingências	(1.618.424)	(4.239.962)
Outras obrigações	205.464	(820.459)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>3.872.899</u>	<u>851.797</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado e intangível	(2.436.450)	(2.483.488)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(2.436.450)</u>	<u>(2.483.488)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	57.937.223	80.601.768
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(51.564.623)	(76.508.498)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(1.633.918)	(2.091.944)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>4.738.682</u>	<u>2.001.326</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>6.175.131</u>	<u>369.635</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.069.692	4.894.561
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.894.561	4.524.926
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>6.175.131</u>	<u>369.635</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita		
Receitas das atividades	46.500.189	46.733.939
Outras receitas	377.908	127.092
Recursos públicos contabilizados como receitas	183.845	281.840
	<u>47.061.942</u>	<u>47.142.871</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos / serviços / mercadorias	(6.299.515)	(8.031.793)
Serviços de terceiros	(10.083.972)	(10.153.682)
Materiais, energia e outros	(1.826.509)	(2.768.582)
	<u>(18.209.996)</u>	<u>(20.954.057)</u>
Valor adicionado bruto	<u>28.851.946</u>	<u>26.188.814</u>
Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(3.027.390)	(2.689.978)
Valor adicionado líquido	<u>25.824.556</u>	<u>23.498.836</u>
Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	701.760	882.570
Doações recebidas	8.761	147.756
Aluguéis recebidos de terceiros	625.416	698.153
Valor adicionado a distribuir	<u>27.160.493</u>	<u>25.227.315</u>
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho (pessoal, encargos e benefícios)	15.231.905	17.379.060
Impostos, taxas e contribuições	154.348	117.014
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras (juros)	4.831.258	4.864.341
Aluguéis pagos	544.558	481.315
Superávit do exercício	6.398.424	2.385.585
Valor adicionado distribuído	<u>27.160.493</u>	<u>25.227.315</u>

Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em reais

1 Contexto operacional

A Fundação de Ensino Octávio Bastos – Feob (“Fundação”) é uma entidade sem fins lucrativos de duração indeterminada, com a aplicação integral de suas rendas, recursos e resultados eventuais na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais.

Rege-se por Estatuto Social, com sede e foro na cidade de São João da Boa Vista – SP, e tem por finalidade atuar em todas as áreas de ensino, pesquisa e extensão, através da instalação e funcionamento de unidades escolares que ministram cursos superiores nas várias áreas do saber, principalmente em nível de graduação, abrangendo cursos tecnológicos, licenciaturas e bacharelado, assim como pós-graduação *Latu Sensu*.

Ainda, em 23 de janeiro de 2019, foi conferido a Fundação em caráter liminar e em grau recursal, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior Substituta.

1.1 Impactos da pandemia COVID-19 nas Demonstrações Financeiras

No segundo trimestre de 2020, a Fundação sofreu os impactos econômicos da pandemia, com a redução de cerca de 15% do recebimento de mensalidades, contudo várias ações foram tomadas e o percentual médio de recebimentos de mensalidades se manteve constante ao longo do exercício de 2020. Um fator que contribuiu substancialmente para a constância nos recebimentos, foi que a Fundação conseguiu cumprir o calendário letivo sem grandes dificuldades, mantendo o mesmo nível de excelência em suas aulas, ou seja, o estudante manteve o seu nível de satisfação com os cursos colocando como prioridade o pagamento de suas mensalidades.

Juntamente com a excelência em suas aulas virtuais, a Fundação também fez uma ação junto à representação de seus discentes onde se comprometeu a dividir o resultado das ações contra a inadimplência com os seus estudantes, isto é, se fosse atingido determinado percentual, a Instituição repassaria em forma de desconto parte desse sucesso para seus estudantes. Esse trabalho conjunto fez com que a inadimplência ficasse em um nível muito satisfatório, bem abaixo de outras Instituições equivalentes, fechando o ano com uma inadimplência de aproximadamente 6,7%.

Mesmo com a inadimplência controlada, o impacto nos recebimentos afetou consideravelmente o fluxo de caixa da Fundação, por isso, outras ações foram realizadas no decorrer do exercício para abrandar os pagamentos e garantir a sua sustentabilidade financeira, tais como: renegociar contratos com terceiros; suspender investimentos; aderência à MP 936 para redução de jornada de trabalho e salário; aquisição de linhas de crédito com juros subsidiados onde os recursos foram aplicados na quitação de outros contratos de empréstimos, ou seja, trocou-se dívidas com juros maiores e prazos menores, por dívidas com juros menores e prazos maiores, aliviando

consideravelmente os pagamentos mensais no fluxo de caixa. O conjunto de todas essas ações contribuiu para que a Fundação conseguisse atravessar esse período turbulento de 2020, encerrando o exercício com uma base forte para continuar realizando suas operações de forma sustentável

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresa – NBC TG 1000 (R1), adaptadas as peculiaridades da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros.

A Administração avaliou a capacidade da Fundação em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para a sua conclusão foi dada por esta em 12 de fevereiro de 2021.

b Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), exige que a Administração da Fundação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes às perdas de contas a receber, à vida útil dos bens do imobilizado, provisão para contingências, entre outras similares.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

a Instrumentos financeiros

A Fundação classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) equivalentes de caixa; ii) contas a receber; e iii) outros créditos. Os passivos financeiros básicos são: i) empréstimos e financiamentos; ii) fornecedores e prestadores de serviços; iii) adiantamentos recebidos; e iv) outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Fundação reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da fundação.

c Contas a receber

As mensalidades a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as perdas com créditos esperadas – PCE. Uma estimativa de perdas com créditos esperadas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d Estoques

O estoque de material é avaliado pelo custo médio de aquisição, inferior ao valor de mercado. Os estoques vivos (bovinos, equinos e ovinos) são avaliados ao custo médio de comercialização.

e Imobilizado

e.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido da reavaliação e do ajuste de avaliação patrimonial (AAP), deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os bens imóveis foram ajustados pelo custo atribuído (*deemed cost*).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

e.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f Intangível

Consiste em softwares de computador adquiridos e conteúdos desenvolvidos para cursos à distância, cujos direitos de exploração pertencem a Fundação, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear.

g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior 1entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

h Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido da instituição financeira, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos com vencimento até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores no passivo não circulante.

i Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

j Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k Reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial (AAP)

A realização da reserva de reavaliação e do ajuste de avaliação patrimonial (basicamente depreciação do ativo imobilizado) é registrada na conta de superávit/déficit acumulados e posteriormente incorporada no patrimônio social. A reserva de reavaliação será mantida até a sua efetiva realização, conforme opção prevista pela Lei 11.638/2007 e Resolução do CFC nº 1.152/2009.

l Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

m Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

n Segregação entre circulante e não circulante

As operações ativas e passivas com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificadas no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

o Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Fundação e, portanto, são consideradas operacionais.

p Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

q Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Fundação e sua distribuição no exercício. Apesar de não ser requerida da Fundação pela legislação societária brasileira, estas estão sendo apresentadas como informação suplementar as demonstrações financeiras, e foram elaboradas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras

4 Caixa e equivalentes de caixa

Modalidade	2020	2019
Caixa	57.244	55.532
Bancos conta movimento	588.992	33.540
Aplicações financeiras	10.423.456	4.805.489
	<u>11.069.692</u>	<u>4.894.561</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Fundação. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas substancialmente por aplicações em Recibo de Depósito Cooperativo – RDC, Certificado de Depósitos Bancários – CDB e fundos de aplicação referenciados pelo DI. As taxas de juros são as normais do mercado para a modalidade, considerando o valor e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Fundação.

5 Contas a receber

a Composição do saldo

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Mensalidades a receber	10.574.564	-	9.278.158	-
Taxas e receitas diversas	3.427	-	4.617	-
Hospital veterinário	43.996	-	26.041	-
Bolsas concedidas antecipadas	711.012	-	368.788	-
Descontos concedidos antecipados	123.121	-	110.972	-
Acordos contratuais	3.275.613	201.522	2.945.159	144.680
Acordos judiciais	1.767.141	475.898	1.673.972	471.257
FIES (i)	1.974.910	-	1.667.916	-
Notas promissórias	447.413	-	450.935	-
Material didático	38.437	-	38.437	-
Bolsa rotativa	385.302	-	385.302	-
Financiamento próprio	1.055.152	1.371.828	563.031	906.156
	20.400.088	2.049.248	17.513.328	1.522.093
(-) Juros a apropriar	(88.294)	(38.740)	(95.100)	(37.090)
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE	(15.166.748)	-	(13.962.964)	-
	5.145.046	2.010.508	3.455.264	1.485.003

(i) Fundo de Financiamento Estudantil do Ministério da Educação.

b Movimentação das perdas com créditos esperadas – PCE

Descrição	2020	2019
Saldos no início do exercício	(13.962.964)	(13.331.901)
Créditos baixados definitivamente	330.886	186.053
Créditos recuperados	572.811	387.865
Perdas estimadas	(2.107.481)	(1.204.981)
Saldos no final do exercício	(15.166.748)	(13.962.964)

6 Estoques

Descrição	2020	2019
Estoque almoxarifado	92.853	108.201
Estoques vivos – animais	779.590	391.110
Culturas em formação – milho	-	16.830
	872.443	516.141

7 Outros créditos

a Composição do saldo

Descrição	2020	2019
Circulante		
Cartões de crédito	148.702	63.372
Convênios a receber	441.291	352.657
Cheques devolvidos	291.157	290.629
Cheques pré-datados	-	13.574
Adiantamentos a empregados	199.780	363.860
Adiantamento a fornecedores	793.074	719.004
Diversos	6.278	7.378
Aluguéis a receber	182.387	286.831
Contas a receber – vendas de animais	21.552	23.872
(-) Perdas com créditos esperadas – PCE	<u>(388.011)</u>	<u>(387.484)</u>
	<u>1.696.210</u>	<u>1.733.693</u>
Não circulante		
Títulos de capitalização	677.270	806.027
(-) Perdas parcial pela não realização	<u>(100.392)</u>	<u>(105.502)</u>
	<u>576.878</u>	<u>700.525</u>

b Movimentação das perdas com créditos esperadas e pela não realização de títulos de capitalização

Circulante	2020	2019
Saldo no início do exercício	<u>(387.484)</u>	<u>(394.704)</u>
Créditos recuperados	3.097	14.483
Perdas estimadas	<u>(3.624)</u>	<u>(7.263)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(388.011)</u>	<u>(387.484)</u>

Não Circulante	2020	2019
Saldo no início do exercício	<u>(105.502)</u>	<u>(27.249)</u>
Créditos recuperados	96.289	30.513
Perdas estimadas	<u>(91.179)</u>	<u>(108.766)</u>
Saldo no final do exercício	<u>(100.392)</u>	<u>(105.502)</u>

8 Despesas antecipadas

Descrição	2020	2019
Prêmios de seguros	14.113	31.729
Processo seletivo – vestibular	<u>469.751</u>	<u>392.450</u>
	<u>483.864</u>	<u>424.179</u>

9 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo,		2020	2019
		+ AAP	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	12.541.259	-	12.541.259	12.541.259
Imóveis rurais	-	9.635.318	-	9.635.318	9.635.318
Edificações	Até 4 %	33.850.732	(6.652.817)	27.197.915	28.063.445
Benfeitorias	Até 10 %	9.175.478	(1.197.323)	7.978.155	7.316.099
Instalações	Até 10 %	490.322	(322.789)	167.533	176.801
Máquinas e equipamentos	Até 10 %	3.536.655	(2.022.761)	1.513.894	1.439.079
Móveis e utensílios	Até 10 %	2.869.735	(1.819.819)	1.049.916	1.173.545
Material bibliográfico	Até 10 %	2.672.477	(2.135.603)	536.874	660.895
Equipamentos eletrônicos	Até 20 %	1.692.464	(914.660)	777.804	769.850
Veículos	Até 20 %	119.641	(102.282)	17.359	27.202
Processamento de dados	Até 20 %	2.926.312	(2.176.870)	749.442	661.899
Cessão de direito uso	Até 5%	1.424.902	(119.685)	1.305.217	1.073.539
Outros imobilizados	Até 10 %	606.162	(313.924)	292.238	323.866
Consórcios	-	65.689	-	65.689	114.758
Obras em andamento	-	137.683	-	137.683	389.330
		81.744.829	(17.778.533)	63.966.296	64.366.885

As movimentações na rubrica “imobilizado” durante os exercícios foram as seguintes:

Descrição	2020	2019
Saldo no início do exercício	64.366.885	64.474.498
Aquisições	2.146.815	2.338.349
Baixas	(238.853)	(252.870)
Depreciações	(2.308.551)	(2.193.091)
Saldo no final do exercício	63.966.296	64.366.885

10 Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo		2020	2019
		histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	Até 20 %	1.097.199	(769.475)	327.724	202.167
Desenvolvimento de conteúdo	Até 20 %	3.779.823	(2.425.289)	1.354.534	1.893.881
		4.877.022	(3.194.764)	1.682.258	2.096.048

As movimentações na rubrica “intangível” durante os exercícios foram as seguintes:

Descrição	2020	2019
Saldo no início do exercício	2.096.048	2.404.073
Aquisições	289.635	145.139
Amortizações	(703.425)	(453.164)
Saldo no final do exercício	1.682.258	2.096.048

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos Contratuais ao mês	Vencimento final	2020			2019		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Investimentos	De 0,69 a 1,23%	15/08/2024	1.709.092	96.862	1.805.954	1.469.207	1.070.856	2.540.063
Capital de giro	De 0,69 a 1,79%	28/08/2025	3.499.876	18.039.133	21.539.009	8.812.192	9.467.327	18.279.519
			5.208.968	18.135.995	23.344.963	10.281.399	10.538.183	20.819.582

As garantias são avais, recebíveis e hipoteca do imóvel rural denominado “Fazenda Prata”, esta específica para o financiamento obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ainda, a Fundação possui contrato vigente junto a instituição financeira Santander S/A com objetivo de investimento, que apresenta cláusula de vencimento antecipado com compromissos de caráter financeiro denominados “*covenants*”, na qual a Administração realiza acompanhamento destas obrigações durante o exercício.

Em agosto de 2020 a Fundação obteve uma captação de capital de giro no valor montante de R\$ 15.000.000, sendo concedido como garantia, o imóvel denominado “Campus Mantiqueira”, matrículas nº 65.066 e nº 23.261, conforme Escritura Pública de Contrato de Empréstimo com Garantia de Alienação Fiduciária e outras Avenças, lavrada no Cartório local.

12 Salários, férias e encargos sociais

	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Parcelamento INSS e IRRF (i)	1.744.728	1.896.987	3.641.715	1.700.715	3.165.149	4.865.864
Férias e encargos sociais	600.738	-	600.738	670.639	-	670.639
Salários e ordenados	545.317	-	545.317	767.105	-	767.105
Contribuições previdenciárias	321.131	-	321.131	108.262	-	108.262
FGTS	121.834	-	121.834	124.318	-	124.318
Contribuição Sindical e assistencial	2.040	-	2.040	2.310	-	2.310
Contribuições Sociais retidas	24.656	-	24.656	12.349	-	12.349
	3.360.444	1.896.987	5.257.431	3.385.698	3.165.149	6.550.847

- (i) Refere-se ao saldo devedor dos parcelamentos junto à Receita Federal do Brasil, devidamente segregados entre o circulante e o não circulante.

13 Adiantamentos recebidos

Descrição	2020	2019
Mensalidades – graduação	927.681	1.031.860
Acordos Contratuais – PC	4.460	4.879
Acordos Judiciais	4.594	4.228
	936.735	1.040.967

14 Outras obrigações

Descrição	2020	2019
Autônomos	-	880
Seguros	2.229	691
Acordos trabalhistas	35.113	-
Contratos a pagar	247.993	78.300
	285.335	79.871

15 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Fundação é parte envolvida (polo passivo) em ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

Descrição	2020		2019	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhistas (i)	602.456	71.134	544.283	71.134
Cíveis (i)	39.534	812	337.608	812
Tributárias (ii)	2.396.038	191.985	3.841.281	1.677.833
	3.038.028	263.931	4.723.172	1.749.779

(i) Trabalhistas e cíveis

A Fundação está discutindo na justiça ações de naturezas trabalhista e cível, para as quais a Administração da Fundação decidiu, com base na opinião dos assessores jurídicos, que classificam como perda provável, constituir provisão para contingências em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 641.990 (R\$ 881.981 em 2019), considerada suficiente para cobrir eventuais perdas nas ações citadas. Para essas ações existem depósitos judiciais, nos montantes de R\$ 71.946 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 71.946 em 2019).

(ii) Tributárias

a Pólo passivo

A Fundação está envolvida em dois processos administrativos e uma ação de execução fiscal demandados pela Receita Federal do Brasil, que por meio de autos de infração tem por objeto cobrar o não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre bolsas de estudo concedidas aos dependentes de empregados da Fundação, e pelo pagamento de bolsa incentivo à iniciação científica aos alunos do curso de aprimoramento em medicina veterinária, em nível de pós-graduação. O valor total da provisão é de R\$ 2.396.038 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.296.465 em 2019).

b Pólo ativo

A Fundação era parte envolvida em ação declaratória de imunidade tributária de PIS e COFINS movida contra a Fazenda Nacional em 27 de fevereiro de 2003. O valor inicial é de R\$ 1.000. A partir de maio de 2014, os recolhimentos destes tributos passaram a ser efetuados através de depósitos judiciais, sendo interrompido em novembro de 2017, devido a Fundação ter obtido êxito em última instância da ação de imunidade tributária que vinha sendo tramitada em juízo. Os valores referentes ao depósito judicial, no montante de R\$ 1.544.816 em 31 de dezembro de 2019, conservadamente foram reconhecidos como provisão para contingências. Em outubro de 2020, o depósito judicial atualizado no montante de R\$ 1.575.499 foi disponibilizado em conta corrente da Fundação, dessa forma houve a baixa da provisão para contingências e dos depósitos judiciais.

Em 23 de janeiro de 2019, foi conferido a Fundação em caráter liminar e em grau recursal, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior Substituta. Com isso, em agosto de 2019 foram resgatados os valores depositados judicialmente no valor de R\$ 4.430.414.

As movimentações na rubrica “provisão para contingências” durante os exercícios foram as seguintes:

Descrição	2020	2019
Saldo no início do exercício	4.723.172	8.766.052
Adições	262.038	487.691
Baixas	(1.947.182)	(4.530.571)
Saldo no final do exercício	3.038.028	4.723.172

16 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits acumulados de exercícios anteriores. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 12.792.399.

b Doações e subvenções

Reserva constituída pelas doações recebidas de terceiros em exercícios anteriores.

c Reserva de reavaliação

Representada pela mais valia do ativo imobilizado de uso da Fundação.

d Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2012, foi constituída a conta ajuste de avaliação patrimonial representada pela mais valia de ativo imobilizado da Fundação, conforme demonstrado na nota 9.

e Superávits acumulados

O superávit acumulado do exercício foi de R\$ 6.792.130, incluindo a realização do ajuste de avaliação patrimonial e a realização da reserva de reavaliação nos montantes de R\$ 356.524 e R\$ 37.182, respectivamente, e deve ser incorporado no patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária – AGO da Fundação.

17 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as fundações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Fundação.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a operação normal da Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas

e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos) consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

18 Instrumentos financeiros

A Fundação mantém operações com instrumentos financeiros de equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, outros(as) créditos e obrigações, adiantamentos recebidos e empréstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Fundação mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Fundação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo.

A Fundação apresenta exposição aos seguintes principais riscos: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de riscos da Fundação são estabelecidas pela Administração para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar os riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições externas e nas atividades da Fundação.

Risco de crédito é o risco de perdas com o contas a receber e em investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Fundação adota a política de análise de seus deveres, com a constituição da provisão para perdas com créditos esperadas. A exposição máxima de risco de crédito é o valor contábil dos ativos financeiros.

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação possa encontrar em cumprir suas obrigações associadas com seus passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2020, a Fundação apresenta os ativos circulantes, menos estoques, superiores aos passivos circulantes em R\$ 7.882.932 (inferiores em 2019 no montante de R\$ 4.702.065). Essa variação se deu em virtude da quitação de dívidas de curto prazo (empréstimos e contas garantidas) e dos valores recebidos a título de recuperação de despesas.

Risco de mercado é o risco que a Fundação tem decorrente da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como as taxas de juros ou dos preços de mercado dos seus serviços e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviços. Administração adota controles para manter a exposição ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

19 Remuneração da Administração

A Fundação não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, a título de lucro ou participação no seu resultado, sob nenhuma forma ou pretexto. A direção da Fundação, entidade Mantenedora, se estrutura mediante a atuação de órgãos fiscalizadores e de diretrizes deliberativas. A Administração da Fundação está totalmente delegada, sem qualquer ônus ou interferência, para a Reitoria das Mantidas, que gozará de absoluta independência e autonomia administrativa, inclusive para representação judicial e extrajudicial, a contratação e a plena gestão de pessoal, a gestão financeira, orçamentária, de informática e de patrimônio. A Reitoria tem seu mandato de quatro anos, enquanto o Conselho Curador e o Conselho Fiscal, eleitos na forma do seu Estatuto Social, têm um mandato de três anos.

A Reitoria é remunerada. Os membros do Conselho Curador e do Conselho Fiscal não recebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados a Fundação. Essa gratuidade não é mensurada e, portanto, não é refletida nas demonstrações financeiras.

20 Mensalidades

Descrição	2020	2019
Mensalidades graduação	46.415.274	36.808.132
Dependências e adaptações	170.515	222.687
Cursos de pós-graduação	770.583	1.156.697
Cursos de extensão e pesquisa	(7.657)	67.501
Cursos diversos	1.753	59.936
FIES – Financiamento Estudantil	5.998.871	10.017.548
Créditos estudantis próprios e privados	5.242.859	5.784.173
Processo seletivo	28.620	33.618
	<u>58.620.818</u>	<u>54.150.292</u>

21 Bolsas de estudo concedidas

A Fundação concedeu bolsas de estudo entre 5% a 100% do valor da mensalidade a aproximadamente 713 alunos em 2020 (698 em 2019), nos montantes de R\$ 6.402.736 e de R\$ 6.970.807, respectivamente.

No total de alunos beneficiados estão inclusos 33 bolsistas integrais, que participaram do Programa Escola da Família, em virtude de convênio firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE. O programa em questão tem como proposta a abertura das Escolas Públicas Estaduais e Municipais, aos finais de semana, para à realização de ações sócio-educativas, com o propósito de atrair jovens e suas famílias para um espaço voltado à prática da cidadania.

Ainda, em continuidade à sua política de inserção social da população carente, a Fundação aderiu, em dezembro de 2004, ao PROUNI – Programa Universidade para todos do Governo Federal. Em 2020 foram beneficiados 125 alunos com bolsas de estudos integrais no montante de R\$ 1.839.037 (R\$ 2.852.655 em 2019) e 214 alunos com bolsas parciais de 50% no montante de R\$ 1.647.105 (R\$ 1.589.302 em 2019), totalizando 339 alunos atendidos.

22 Corpo docente

Descrição	2020	2019
Salários, hora-aula, adicionais e gratificações	(5.370.359)	(6.570.910)
13º salário	(550.635)	(605.574)
Férias	(766.520)	(830.898)
INSS	-	82.953
FGTS	(530.948)	(636.566)
PIS	-	(29.273)
Contribuição assistencial	(40.583)	-
Assistência médica e odontológica	(390.567)	(336.156)
Viagens e alimentação	(59.789)	(287.856)
Cursos e treinamentos	-	(170)
Indenizações	(345.826)	(513.140)
Outros benefícios	(38.087)	(1.741)
Corpo docente contratado	(76.588)	(138.613)
	<u>(8.169.902)</u>	<u>(9.867.944)</u>

23 Outras despesas de ensino

Descrição	2020	2019
Seguro de vida alunos	(47.546)	(45.974)
Outras despesas de ensino	-	(15.405)
	<u>(47.546)</u>	<u>(61.379)</u>

24 Despesas com pessoal

Descrição	2020	2019
Salários, adicionais e gratificações	(4.173.242)	(4.896.432)
13º salário	(430.818)	(424.267)
Férias	(548.913)	(633.950)
INSS	(20.286)	69.751
FGTS	(394.187)	(466.807)
PIS	-	(18.630)
Contribuição assistencial	(11.688)	-
Alimentação	(868.493)	(630.678)
Vale transporte	(17.574)	(22.685)
Assistência médica e odontológica	(505.738)	(445.890)
Cursos e treinamentos	(29.360)	(80.383)
Viagens e alimentação	(9.930)	-
Indenizações	(190.799)	(139.158)
Uniformes	(10.654)	(35.848)
Verbas de representações	-	(855)
Outros benefícios	(2.366)	(15.509)
	<u>(7.214.048)</u>	<u>(7.741.341)</u>

25 Serviços profissionais contratados

Descrição	2020	2019
Pessoal administrativo terceirizado	(6.997.731)	(6.704.846)
Limpeza e conservação	(57.950)	(119.472)
Estágios	(545.030)	(454.821)
Vale-transporte	(224)	(14.465)
Cursos e treinamentos	(14.262)	(55.185)
Segurança e vigilância	(319.112)	(513.204)
Manutenção geral	(133.618)	(386.691)
Serviços profissionais – pessoas jurídicas	(1.849.361)	(1.653.027)
Serviços profissionais – pessoa física	(14.638)	(21.748)
	<u>(9.931.926)</u>	<u>(9.923.459)</u>

26 Outras receitas operacionais líquidas

Descrição	2020	2019
Receitas		
Recuperação de despesas (i)	7.250.969	5.019.271
Aluguéis	625.416	698.153
Hospital veterinário	404.354	495.728
Superveniências ativas com gado	395.989	163.200
Doações	8.761	147.756
Atividades de pesquisa	32.836	76.887
Análises laboratoriais	1.200	7.608
Venda de imobilizado	380	16.363
Venda animais descartados	2.750	59.160
Venda de energia elétrica	64.920	-
Central de cópias	267	1.869
Diversas	180.339	3.561
	<u>8.968.181</u>	<u>6.689.556</u>
Despesas		
Custo animais descartados	(1.789)	(61.550)
Insubstituições ativas com gado	(17.720)	(9.340)
Baixa bem vendido/deteriorado	(1.701)	(40.741)
	<u>(21.210)</u>	<u>(111.631)</u>
	<u>8.946.971</u>	<u>6.577.925</u>

- (i) Em 2020, o saldo substancialmente refere-se ao estorno de provisão de contingência fiscal (PIS e COFINS) após levantamento dos depósitos judiciais no valor de R\$ 1.575.499, e ao recebimento pela Cessão e Transferência de Direitos Creditórios, cedidos a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC no montante de R\$ 5.600.000, oriundos da Ação de Rito Ordinário nº 0000394-32.2003.4.03.6127 (PIS) e Ação Declaratória c/c repetição de indébito nº 5000427-43.2017.4.03.6127 (INSS). Já em 2019, o saldo refere-se substancialmente ao estorno de provisão de contingência fiscal (INSS), após a concessão em caráter liminar e em grau recursal, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

27 Resultado financeiro líquido

Descrição	2020	2019
Receitas financeiras		
Multa e juros	505.542	609.643
Rendimentos de aplicações financeiras	171.032	249.182
Variação cambial	209	174
Descontos obtidos	17.861	7.809
Atualização monetária	7.116	15.762
	701.760	882.570
Despesas financeiras		
Bolsas de estudo (descontos) condicionais	(12.238.277)	(7.068.625)
Descontos concedidos	(5.279.802)	(2.836.288)
Juros passivos	(1.872.510)	(1.982.652)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.640.445)	(2.498.676)
Encargos sobre recolhimento de tributos	(292.512)	(366.199)
Variação cambial	(266)	(649)
Multas moratórias	(1.787)	(2.739)
Atualização monetária	(23.738)	(13.425)
	(22.349.337)	(14.769.253)
	(21.647.577)	(13.886.683)

28 Cobertura de seguros

A Administração da Fundação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900

E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.